

# crilij

CENTRO DE  
RECURSOS E  
INVESTIGAÇÃO  
SOBRE  
LITERATURA  
PARA A  
INFÂNCIA  
E  
JUVENTUDE

# nº 3 boletim

MAIO 2003

## editorial

EDITORIAL

Os meninos de Bagdad ou Bassorá  
continuarão a ouvir os contos da mil e uma noites  
para se libertarem da morte?

As crianças americanas ou inglesas  
que frequentam a hora do conto nas suas bibliotecas públicas  
ainda escutam histórias deliciosas?

Qual será,  
depois dos meses sinistros de Março e Abril,  
o imaginário, o maravilhoso, o fantástico  
de todos esses seres em formação?

Certamente invadido  
pelo som das bombas e sirenes,  
pelo sangue, pelos gritos,  
pelo espanto, pelo terror,  
pelas imagens cruéis das destruições  
ou da selvajaria tecnológica,  
pelas notícias que (não) chegam  
da morte inútil  
ou das vidas despedaçadas.

O **Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas**  
divulgado pela primeira vez em 1949, surgiu na  
sequência da 2ª Guerra Mundial e proclamava a sua  
*confiança na biblioteca pública como força viva ao  
serviço da educação, no desenvolvimento da  
compreensão internacional e, conseqüentemente da  
paz.*

No "Manifesto" revisto em 1994 a Unesco continua  
a confiar na biblioteca pública *como agente essencial  
para a promoção da paz e do bem estar espiritual  
nas mentes dos homens e das mulheres.*

Os generosos objectivos de todos aqueles países  
que subscrevem e deviam cumprir o "Manifesto da  
Unesco" parece que não encontram o eco necessário  
nalguns para quem o exercício da força das armas,  
o poderio económico e a arrogância servem de  
pretexto para intervenções militares que a razão e o  
humanismo condenam.

Mas nós, bibliotecários e todos quanto consideram  
o livro como um valor fundamental e imprescindível,  
nós enquanto construtores de utopias pensamos

António Carvalho da Silva

## E SE A LEITURA ESCOLAR (D' "OS LUSÍADAS") FOSSE PROIBIDA (PREVENTIVAMENTE)?

*«A escola, se obriga ao contacto com o mundo do livro e da imprensa, fá-lo muitas vezes de forma a sobrevalorizar a leitura funcional, utilitária, em prejuízo da leitura literária.»*

(Augusto Santos Silva, «Realismo e ousadia na promoção da leitura». PÚBLICO: Mil Folhas. 28.12.2002, p. 9.)

### 1. Os verdadeiros amigos não são para as ocasiões mas PARA SEMPRE

Se o título deste texto pode parecer, à primeira vista, descabido numa publicação que pretende promover a leitura e não proibi-la, menos sentido ainda terá a reescrita, neste contexto, do dito popular «os amigos são para as ocasiões». No entanto, a continuação da leitura levará o leitor não só à compreensão dos sentidos precisos de cada uma dessas proposições, mas também à descoberta do motivo que nos faz defender, no contexto da leitura escolar, não haver interesse na formação de «leitores de ocasião», mas sobretudo de «leitores para sempre» (leitores permanentes e críticos), capazes de lerem, com gosto e com eficácia, Vergílio Ferreira, Eça de Queirós ou Luís de Camões, uma revista ou um jornal.

Além disso, a referência, agora já não em termos metafóricos, aos (verdadeiros) amigos é uma resposta à provocação da pessoa que nos desafiou a escrever um artigo sobre a leitura na escola. A promessa que ficou no ar foi a de que, quando algum facto relativo

à leitura ou à literatura nos despertasse a atenção, essa reflexão sobre a leitura que se pratica nas escolas começaria a ser escrita. O motivo da irritação surgiu, muito naturalmente, no Natal de 2002, durante uma conversa em que se discutia (mais uma vez) a questão da suposta abolição da leitura escolar d' *Os Lusíadas*, em consequência da Revisão Curricular do Ensino Secundário então em preparação pelo Ministério da Educação.

### 2. A questão da leitura escolar: princípios e finalidades

Quando se discute o problema da leitura que se faz na escola (e, infelizmente, na maior parte dos casos, só para a escola), aquilo que, desde logo, se deve definir são os fins da educação literária e os meios a utilizar na sua promoção. Por isso mesmo e sabendo-se que queremos formar leitores permanentes, é necessário que se compreenda, desde logo, a ideia implicitamente apresentada por Augusto Santos Silva no texto que citámos em epígrafe: a leitura escolar não pode ser exclusivamente uma leitura de literatura, devendo ter em conta o desenvolvimento da leitura funcional, da leitura técnica, enfim da leitura de todo o tipo de textos, que, no fundo, conduza à criação do hábito permanente de ler e à verdadeira promoção da literacia em leitura.

Assim sendo, os princípios orientadores da leitura escolar deverão responder aos seguintes dilemas: leitura literária ou leitura utilitária; leitura na escola ou leitura para além da escola; leitura de ocasião ou hábitos permanentes de leitura. Entretanto e nessa linha, seria ainda importante considerar a curiosa diferença (revelada também no artigo de Augusto Santos Silva) entre «leitores enfastiados» («que compram muito e lêem pouco») e «leitores carentes» («que compram pouco e lêem muito»), concluindo-se, neste contexto, que, mesmo que os 'bons' leitores não tenham meios para comprar livros e desde que haja

bibliotecas escolares ou municipais 'bem' equipadas, eles terão condições para continuar a ser leitores activos e efectivos - no fundo aqueles que fazem da leitura de livros, de revistas ou de jornais um acto permanente de aprendizagem e de prazer.

Nesse caso, cremos que a leitura escolar poderia, por um lado, desenvolver e transformar o gosto infantil de ouvir contar histórias (convertendo-o, desde logo, no hábito da leitura lúdica) e deveria, por outro, levar ao desenvolvimento de práticas de leitura utilitária, de modo a que se cumprisse essa nobre finalidade da Escola, que pode muito bem resumir-se a «APRENDER A LER NA ESCOLA PARA SABER LER (N)A VIDA».

### 3. Leitura obrigatória e leitura proibida: causas e efeitos

Ao nível da leitura escolar, e talvez tendo em conta uma tendência historicista da consagração de um cânone literário, tem-se seguido uma norma didáctica que consiste na apresentação, aos estudantes dos ensinos básico e secundário, de uma *Lista de Livros de Leitura Escolar Integral Obrigatória (L.<sup>3</sup>E.I.O.)*, cujos efeitos não têm sido muito positivos ao nível da criação de hábitos de leitura e da promoção da literacia em leitura (isto se tivermos em conta os resultados do estudo internacional PISA 2000 e se aceitarmos que há alguma relação entre escolarização literária e literacia em leitura).

De facto, em contexto escolar, sabendo-se que a Escola em geral e a disciplina de *Língua Portuguesa*, em particular, têm por função ensinar a ler, seguindo um despotismo esclarecido livresco, obriga-se o estudante a ler, mesmo que ele não tenha ainda tomado o gosto pela leitura e força-se o aluno a escrever, sem ele ter antes descoberto o prazer (e as penas...) da escrita. Assim, se as actividades de leitura, para além de possuírem apenas significado no circuito escolar, tiverem como único e quase exclusivo fim a avaliação e não tanto a efectiva aprendizagem e o treino dos processos de leitura e de compreensão, a ordem para ler, em nosso entender, transformar-se-á paradoxalmente num desafio para os jovens desobedecerem à leitura obrigatória e dizerem: - N.Ã.O. L.E.I.O..

Pelo contrário, se pensarmos nos efeitos motivadores que, há uns anos atrás, provocava o simples facto de sabermos que certos livros eram proibidos, veremos que, muito provavelmente, uma medida certa para que os estudantes lessem, por exemplo, *Os Lusíadas* ou *O Crime do Padre Amaro*

seria fazer constar que, nas escolas básicas e secundárias do país, era proibido ler a epopeia nacional ou o célebre romance de Eça de Queirós recentemente adaptado ao cinema. Por conseguinte, a solução ideal para o problema da leitura escolar estaria não tanto no dever de ler, mas sobretudo n'«O DIREITO DE NÃO LER» e em cada um d'«Os Direitos Inalienáveis do Leitor» idealizados por Daniel Pennac no livro *Como um romance* (Porto, Edições Asa, 1995, 5ª edição): «2 - O direito de saltar páginas; 3 - O direito de não acabar um livro; 4 - O direito de rere; 5 - O direito de ler não importa o quê; 6 - O direito de amar os 'heróis' dos romances; 7 - O direito de ler não importa onde; 8 - O direito de saltar de livro em livro; 9 - O direito de ler em voz alta; 10 - O direito de não falar do que se leu».

### 4. E, então, se proibíssemos a leitura escolar d'Os Lusíadas?

Depois de, em 23.11.2002, o jornal *Expresso* e outra comunicação social portuguesa terem divulgado o boato de que, a partir de Setembro de 2003, os programas de *Língua Portuguesa* do Ensino Secundário não contemplarão, como leitura obrigatória, nenhuma obra de Luís de Camões nem de Eça de Queirós, por altura do Natal de 2002, voltámos a ouvir dizer que a leitura d'Os Lusíadas deixaria de ser obrigatória.

A verdade é que, neste e no próximo ano lectivo, no 9º Ano de Escolaridade, ou seja, dentro da escolaridade obrigatória, continuará a ler-se a epopeia nacional, que sempre fez parte dos programas oficiais de *Língua Portuguesa* (aprovados em 1991 e ainda em vigor). Além disso, nos programas do Ensino Secundário (10º, 11º e 12º Anos) propostos pela Revisão Curricular em curso, será obrigatória, no 10º Ano, a leitura da lírica de Camões, enquanto Camões épico e *Os Lusíadas* voltarão a ser estudados no 12º Ano de Escolaridade.

Por conseguinte, não há mais razões para alarme do que havia no Verão quente de 2001, quando o tema Camões também não foi mais do que um falso alarme. A grande bomba é que, a partir do próximo ano lectivo, no Ensino Secundário, uma possível disciplina de *Literatura Portuguesa* passará a ser mera opção, mesmo para os alunos de-Letras. Nessa altura, não será obrigatório nem proibido ler *Os Lusíadas*, porque, a partir do 9º Ano, passa a haver só a disciplina de *Língua Portuguesa* e os alunos que quiserem estudar as obras maiores da Literatura

Nacional só o farão se, em termos autodidáticos, o resolverem fazer. Ou seja: só agora e assim será possível ler *livremente*, porque até aqui (quase) todos os alunos liam apenas por a isso serem obrigados... E esta não seria uma possível solução?

Também por isso, quando, agora, os políticos defendem que seja *permitido proibir* a leitura escolar d'*Os Lusíadas*, estarão a prestar um grande serviço ao nosso Épico, porque ele será motivo para mais um grande falatório nacional. Mesmo assim, continuaria por discutir a *causa das coisas*: por que razões substanciais defendemos sempre Camões como a parte melhor da nossa identidade nacional, mas não sabemos explicar porque será ele assim tão importante para a felicidade dos nossos jovens leitores, a não ser como forma de representação desta Pátria de antigamente. Será que o problema da leitura na escola se resume mesmo à saudosa leitura literária d'*Os Lusíadas*?

Mas saberemos nós, ao menos, se foi mesmo ele, Luís Vaz de Camões, quem escreveu *Os Lusíadas*? É que ainda há muita gente a duvidar...

«Numa manhã, a professora pergunta ao aluno:

- Diz-me lá quem escreveu *Os Lusíadas*.

O aluno, a gaguejar, responde:

- Não sei, Senhora Professora, mas eu não fui. E começa a chorar.

A professora, furiosa, diz-lhe:

- Pois então, de tarde, quero falar com o teu pai.

Em conversa com o pai, a professora faz-lhe queixa:

- Não percebo o seu filho. Perguntei-lhe quem escreveu *Os Lusíadas* e ele respondeu-me que não sabia, que não foi ele...

Diz então o pai:

- Bem, ele não costuma ser mentiroso, se diz que não foi ele, é porque não foi. Já se fosse o irmão...

Irritada com tanta ignorância, a professora resolve ir para casa e, na passagem pelo posto local da GNR, diz-lhe o comandante:

- Parece que o dia não lhe correu muito bem...

- Pois não, imagine que perguntei a um aluno quem escreveu *Os Lusíadas* e ele respondeu-me que não sabia, que não foi ele e começou a chorar.

O comandante do posto exclama:

- Não se preocupe. Chamamos cá o miúdo, damos-lhe um 'aperto' e vai ver que ele confessa tudo.

Com os cabelos em pé, a professora chega a casa e encontra o marido sentado no sofá, a ler o jornal. Pergunta-lhe este:

- Então o dia correu bem, querida?

- Ora, nem me digas. Hoje perguntei a um aluno quem escreveu *Os Lusíadas*. Começou a gaguejar, que não sabia, que não tinha sido ele e pôs-se a chorar. O pai diz-me que ele não costuma ser mentiroso. O comandante da GNR quer chamá-lo e obrigá-lo a confessar. Que hei-de fazer a isto?

O marido, confortando-a, sugere-lhe:

- Olha, esquece. Janta, dorme e amanhã tudo se resolve. Vais ver que se calhar foste tu e já não te lembrás...»

[Texto anónimo recebido por e-mail e adaptado.]

## 5. Conclusão: "A vida não se aprende (só) nos livros"

Muito provavelmente, o *trauma* nacional chamado Luís de Camões só se ultrapassará com uma história hilariante (mas culturalmente muito sugestiva) como aquela que acabámos de ler... Na verdade, sem querermos afirmar que não viria grande mal ao mundo se realmente se não fizesse a leitura escolar d'*Os Lusíadas*, acreditamos, acima de tudo, que, antes da leitura literária, deverá treinar-se a leitura utilitária e cultivar-se, acima de tudo, o gosto de ler. Se um autor e pensador como Eduardo Sá já no-lo quer fazer crer, com o título do seu livro, que *A vida não se aprende nos livros* (Lisboa, Oficina do Livro, 2002, 3ª edição), é urgente que comecemos a ler a vida e a compreender o seu presente, sem olharmos demasiado para o passado ou para a tradição. Se não o fizermos, poder-se-á dizer que *o último a rir foi quem riu melhor* ou, pior ainda, que *o último a rir não percebeu a anedota* - o que normalmente acontece nestas histórias da leitura na escola...

Em suma, o mais importante, na vida como na leitura, é que os livros e as leituras nos surpreendam e nos ensinem alguma coisa nova para que a nossa vida seja mais humana e mais feliz... Os livros e a leitura da escola ajudam-nos e preparam-nos para a vida; ensinam-nos a ser mais homens, a desenvolver o espírito crítico, a tirar prazer do que fazemos, nós que somos feitos para sentir, para pensar, para falar, para rir, mas tudo isto só será possível se se desenvolver nos jovens o gosto e o prazer de ler a vida nos livros.

Braga, 21/02/2003